

DESENVOLVIMENTO REGIONAL & ESTRATÉGIAS NECESSÁRIAS - II

Nilson Pimentel (*)

01/09/2017

Ainda bem que acabou o pleito complementar ao executivo estadual, pois o Amazonas precisa pensar no futuro, independente quem seja o governante se deve construir um novo paradigma de desenvolvimento econômico regional que resgate a esperança e a dignidade daqueles amazonenses que sobrevivem no interior do estado.

A economia amazonense não possui alternativas para seu autodesenvolvimento regional que não seja pelos moldes endógenos. Haja vista, ter passado por longos anos de progresso, a Economia do Amazonas que tem sua base assentada no Polo Industrial de Manaus (PIM) como único alavancador de outras atividades econômicas de arrasto para traz e para frente, comércio e serviços.

Não tem como negar que o processo de industrialização provocado pelas atividades econômicas dinâmicas do PIM provocou profundas transformações na agenda governamental do desenvolvimento regional, pois a governança pública somente teve atenção e projetos voltados a capital-estado Manaus, relegando a sem importância o desenvolvimento dos municípios interioranos.

Passados esses 50 anos do projeto Zona Franca de Manaus (ZFM), o Amazonas não tem mais tempo a perder, com incompetências da gestão pública, quem quer seja o governante, pois as trilhas do desenvolvimento econômico regional devam ser de ênfase e aplicadas sobre suas determinações endógenas, com o aproveitamento econômico das potencialidades regionais.

Para tanto, o atendimento com o aproveitamento de conhecimentos aqui alcançados por pesquisas científicas e tecnológicas (por parcerias estratégicas com Universidades e Institutos de Pesquisas, assim como, colocar o Centro de Biotecnologia do Amazonas (CBA) para trabalhar) e estabelecendo que assumir para ganhar maior relevância às estratégias de desenvolvimento que tenha por base dinamizadora o pleno aproveitamento dos recursos locais, tanto em recortes micro espaciais (municípios) quanto em recortes macro espaciais (sub-regiões).

Com esse novo paradigma, onde a argumentação se baseia na suposição de que as nove sub-regiões do Amazonas são dotadas de potencialidades econômicas e alguns fatores de produção, ou estão estrategicamente direcionadas para desenvolvê-las internamente, abrangendo-as por um planejamento estratégico que os englobe em programas e projetos para o desenvolvimento econômico do Amazonas.

Portanto, o estabelecimento de políticas públicas, nessa perspectiva, faz com que o desenvolvimento econômico endógeno poderá corresponder ao começo de um processo de crescimento econômico e a transformação estrutural da produção regional, implicando em uma contínua ampliação de sua capacidade de agregação de valor sobre as matérias primas regionais e a produção local, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e, ou proceder à atração de excedentes provenientes de outras sub-regiões.

Dessa forma, se tem como reflexos dessas transformações estruturais o aumento do produto regional e do emprego local, acrescidos de uma redistribuição da renda regional e, como determinante desse processo, a flexibilização e a descentralização das decisões governamentais para o desenvolvimento regional com foco no local.

Esse paradigma que poderá ser adotado pela gestão pública do Amazonas, olhando o futuro dessa riquíssima região com todos seus potenciais econômicos naturais que poderão ser aproveitados e transformados economicamente, capazes de gerar riquezas a sociedade amazonense, tem sua linha mestra alinhada na aglomeração espacial da atividade econômica regional, sendo que o desenvolvimento regional endógeno indica

que o processo de desenvolvimento é iniciado a partir da mobilização dos ativos presentes no próprio espaço, sendo as decisões locais resultado da articulação desses ativos com os atores econômicos e sociais, ao contrário da premissa de decisão autônoma e exógena que as grandes empresas assumem em função das externalidades espaciais das economias de aglomeração.

Entendem os economistas desenvolvimentistas que esse formato de paradigma, além do modelo conceitual já comprovado e experimentado em diversas economias, tanto no Brasil quanto no exterior, essas variações de alternativas para o processo de desenvolvimento a partir da utilização dos potenciais econômicos, humanos, naturais e culturais, internos a uma região ou localidade, podem incorporar outras variáveis como a participação efetiva e a gestão local.

É isso que os especialistas identificam como interação estratégica para o desenvolvimento de uma base de conhecimento tácito, capaz de formar redes e arranjos técnico-institucionais que reforcem as vantagens competitivas de determinados espaços regionais.

Os pesquisadores desenvolvimentistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) tem o conhecimento que o mais importante do desenvolvimento econômico endógeno, dado as peculiaridades de cada município dentro de cada das nove sub-regiões do Amazonas, pode está constituído por um conjunto de recursos que, quando apoiados nas possibilidades de geração de economias de escala no plano local, gerará externalidades positivas de magnitude correspondente àquela gerada por grandes empresas do PIM, por exemplo; alguém já vislumbrou a grandeza da Indústria dos sais minerais provenientes do aproveitamento econômico da Silvinita? Ou quais linhas de produtos poderão advir do Caulim?

Tais economias de escala seriam geradas através da criação de redes de empresas e de relacionamentos pessoais que nucleiam diversos negócios, induzindo-se desta forma o crescimento e a mudança estrutural na economia regional local.

Ou como afirmam os economistas do CEA, os recursos de um programa que poderá compor estes potenciais regionais, podem ser econômicos, como as estruturas produtivas, a capacidade de gerar inovação tecnológica, a capacidade de gestão empresarial, o mercado de trabalho dotado de mão de obra qualificada, diversos outros recursos naturais e os investimentos infraestruturais.

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.